

## **GS 027 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DAS EFETIVAS CONQUISTAS**

Patrícia Dias – Bolsista - UFRGS

Lauro André Ribeiro – Graduando - UFRGS

Lia Weigert Bressan – Graduanda - UFRGS

Maurício Ferrafontoff Lemos – Graduando – UFRGS

Luis Felipe Machado do Nascimento - Professor - Universidade Federal do RS

### **Resumo:**

A discussão sobre a temática do Desenvolvimento Sustentável permeia os mais diversos campos das ciências, das políticas públicas e das iniciativas de organizações privadas, de organizações não governamentais (ONGs) e da sociedade civil organizada. Nessa perspectiva, o programa Desenvolvimento Sustentável em Debate, uma iniciativa do âmbito acadêmico, abriu espaço para a apresentação de iniciativas e discussões acerca desse tema. Desse modo, este artigo analisa esse debate e algumas iniciativas de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, as quais de alguma forma promovem ações sócio-ambientais responsáveis que vão ao encontro das premissas do Desenvolvimento Sustentável. A partir de uma revisão teórica acerca do tema e apresentação dessas propostas e atividades sejam elas com objetos econômicos, sociais ou ambientais, realizou-se uma análise de conteúdo das entrevistas realizadas com representantes dessas instituições na tentativa de traçar um paralelo entre essas ações e a construção desse “novo” desenvolvimento. Ao final, são abordadas as dificuldades e os desafios dessas práticas, visto que são no mínimo propostas, ou tentativas, para amenizar os efeitos do atual sistema hegemônico, verificando como esses agentes sociais se relacionam e de que maneira buscam promover tal quebra de paradigma e a promoção de um desenvolvimento mais sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Sócio-Ambiental.

### **Introdução**

Diante das atuais crises econômicas e sociais agravadas pelas problemáticas ambientais, o Desenvolvimento Sustentável parece ser um caminho para a construção de uma nova sociedade. Entretanto um aspecto importante a ser considerado é a insuficiência de ações efetivas que promovam esse desenvolvimento. Corroborando essa perspectiva, a atual Ministra do Meio Ambiente, ao se referir à reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, ocorrida em maio de 2003, relata:

“Vi muita gente boa, bem-informada, especializada, mas revelando certo cansaço de falar e ouvir as mesmas coisas com tão pouco resultado prático. Era como se aquele conhecimento avançado e aquela linguagem especializada nos apartassem do mundo corriqueiro das pessoas.”  
(TRIGUEIRO, 2003, p.9)

Na tentativa de fomentar tal discussão, este artigo busca identificar iniciativas que atentem para a viabilidade dessa mudança paradigmática. Para tanto, foram analisadas algumas iniciativas de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, as quais de alguma forma promovem ações sócio-ambientais responsáveis que vão ao encontro das premissas do Desenvolvimento Sustentável. Essas ações são apresentadas no programa Desenvolvimento Sustentável em Debate, uma atividade do âmbito acadêmico para promover debates acerca

dessa temática. Desse modo, este é um esforço de reflexão sobre como essas ações atendem as diretrizes da sustentabilidade, total ou parcialmente.

Então, a fim de traçar esse paralelo, foi realizada uma revisão teórica, abordando alguns marcos históricos, correntes teóricas e fundamentos acerca do Desenvolvimento Sustentável bem como análise de conteúdo de entrevistas, buscando identificar nas ações e argumentos narrados aspectos citados na teoria. Ao final, foi possível não só identificar dificuldades e desafios dessas práticas como também relacioná-los ao Desenvolvimento Sustentável.

## **1 Desenvolvimento Sustentável**

### **1.1 Marcos Históricos e Fundamentos do Desenvolvimento Sustentável**

A revisão dos ideais de crescimento e o desenvolvimento econômico e social consideradas as limitações dos recursos do planeta, toma uma maior visibilidade com a Conferência de Estocolmo ocorrida em 1972, em que se reuniram 113 países para traçar discussões sobre o Meio Ambiente Humano. Em decorrência da evidente necessidade de proteção ao meio ambiente, em 1983, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Essa Comissão editou, em 1987, o relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, um dos marcos que preconizaram “uma nova era de desenvolvimento econômico ambientalmente saudável”. Visto que “a Humanidade tem a capacidade de atingir o desenvolvimento sustentável, ou seja, de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005a)

Além dessa definição sobre o Desenvolvimento Sustentável consta nesse relatório a convocação da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Essa conferência, conhecida como “Eco 92” ou “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro em 1992, teve como principal objetivo encontrar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações atuais e futuras, de maneira a estabelecer as bases para uma associação mundial, bem como cooperação entre governos e setores da sociedade civil, baseadas na compreensão das necessidades e interesses comuns. O principal resultado dessa Conferência foi a aprovação da Agenda 21, documento que busca guiar as nações para o desenvolvimento sustentável implicando diretrizes para a formulação de políticas e práticas para a sustentabilidade. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005a, 2005b)

Este acordo contém princípios que determinam que os Estados e Instituições devem:

- garantir atividades que não causem danos ambientais;
- cooperar para a erradicação da pobreza; de eliminar padrões de produção e consumo insustentáveis;
- promover a cooperação científica para a geração e disseminação de conhecimentos;
- criar uma legislação efetiva entre outras ações que gerem um sistema global sustentável. Além disso, a Agenda 21 apresenta essas propostas em quatro seções: (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005a, 2005b)

1. Dimensões sociais e econômicas – tratando a interdependência entre os problemas e soluções ambientais e os da pobreza, da saúde, do consumo e populacionais.

2. Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento – abordando a forma de como os recursos físicos (terra, mares, energia e lixo) precisam ser gerenciados para assegurar o desenvolvimento sustentável.
3. Fortalecendo papel dos principais grupos sociais – tratando as questões da infância e da juventude, da mulher, dos grupos minoritários, do fortalecimento do papel das comunidades, a exemplo da científica e tecnológica; das parcerias entre entidades governamentais e não-governamentais, em direção ao avanço do desenvolvimento sustentável.
4. Meios de implementação, relativos a financiamento, ensino, ciência, transferência tecnologia e informação, cooperação internacional.

A reavaliação e a implementação das conclusões e diretrizes obtidas na Rio-92, bem como da prática do conceito de desenvolvimento sustentável, em resumo, foram os objetivos da Conferência ‘Rio+10’, que aconteceu em setembro de 2002 em Johannesburgo. Nessa reunião, os dirigentes buscaram avançar nas discussões e estabelecer metas para os principais problemas ambientais no âmbito mundial,

[...] relacionados às mudanças climáticas, ao crescimento da pobreza e de seus efeitos sobre os recursos ambientais, ao avanço de doenças como a AIDS, à escassez de recursos hídricos e de condições sanitárias mínimas em algumas áreas do Planeta, [...] à conservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais, inclusive das diversas fontes de energia.”  
(PEREIRA, 2002)

Essas reuniões promovidas pela Organização das Nações Unidas fomentaram as discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável, relacionando as questões sociais, políticas e ambientais não só entre os líderes e representantes de diversas nações, bem como tornaram esta temática mais visível às diversas comunidades, acarretando um impacto positivo da opinião pública, no sentido de trazê-la ao campo das reflexões das instituições sociais. Vistos os marcos históricos de expansão dos conceitos e reflexões sobre o desenvolvimento sustentável, cabe, então, uma discussão no campo teórico, ponto este a ser descrito a seguir.

## 1.2 Correntes Teóricas e o Desenvolvimento Sustentável

Segundo Almeida (2002, p.25), a noção de desenvolvimento sustentável envolve “o reconhecimento da ‘insustentabilidade’ ou inadequação econômica, social e ambiental” em virtude da “finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais das sociedades contemporâneas”. Contudo, o autor acredita que a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável “está polarizada em duas principais concepções”: de um lado, uma idéia discutida dentro da esfera econômica, em que “a natureza passa a ser um bem de capital” e de outro “uma idéia que tenta quebrar a hegemonia do discurso econômico e expansão desmesurada da esfera econômica, que vai além da “visão instrumental e restrita” proposta pela economia (ALMEIDA, 2002, p.26).

No que se refere à esfera econômica, Donaire (1999) aponta quatro correntes relacionadas ao meio ambiente: os neoclássicos, os pigouvianos, os economistas ecológicos e os ecodesenvolvimentistas. Os neoclássicos consideram o meio ambiente como fonte de matérias-primas e insumos do processo de produção ou ainda como receptor dos resíduos da produção, gerando assim um processo de privatização dos recursos naturais (renováveis e não renováveis) e criando mercados de compra e venda dos direitos de poluir e mecanismos compensatórios aos danos gerados ao meio ambiente. Por sua vez, a “corrente pigouviana” preconiza a valoração das externalidades, em que os problemas e danos ambientais devem ser internalizados aos custos de produção, através do mecanismo de taxas e multas, visto que esse

processo não é espontâneo. De outra forma, a economia ecológica busca a transdisciplinariedade, estabelecendo relações entre os ecossistemas e o sistema econômico, tratando a questão ambiental de forma sistêmica. Essa corrente tem como foco a relação do homem com o meio ambiente, associando o limite do crescimento demográfico à disponibilidade dos recursos, além de prever a formulação de novos paradigmas a esse relacionamento (CONSTANZA & DALY, apud DONAIRE, 1999). Venzke et al.(2003) definem os ecodesenvolvimentistas como defensores de um novo modelo, baseado no ecocentrismo, em que deve existir uma grande preocupação com todo o ecossistema e não somente as preocupações humanas.

Na tentativa de rever as premissas do modelo econômico atual, Capra (1982) apresenta a “visão sistêmica da vida”, pois os sistemas econômicos estão em contínua mudança e evolução, dependendo dos igualmente mutáveis sistemas ecológicos e sociais, revelando a urgência de entender os nossos problemas econômicos como sistêmicos e não mais dentro de uma visão cartesiana. O autor critica a aceitação dos modelos, em especial, o econômico, que se baseiam em um conjunto de valores altamente desequilibrados que dominam nossa cultura e nossas instituições sociais, porque acarretam crescimentos econômicos, tecnológicos e institucionais - vistos pela maioria dos economistas como um sinal de economia “saudável” - indiferenciados e causadores de desastres ecológicos, crimes empresariais generalizados, desintegração social. De acordo com sua concepção sistêmica, a economia é um sistema vivo composto de seres humanos e organizações sociais em contínua ação entre si e com os ecossistemas circundantes de que nossas vidas dependem. E como qualquer sistema vivo só será saudável se estiver num estado de equilíbrio dinâmico, caracterizado por flutuações contínuas de suas variáveis, ou seja, ao conquistar uma compreensão dinâmica de uma economia com numerosos ciclos e com diferentes periodicidades. O equilíbrio e flexibilidade em nossas economias, tecnologias e instituições sociais só serão possíveis se forem acompanhados por uma profunda mudança de valores, ou seja, migrando da auto-afirmação e da competitividade para a cooperação e a justiça social, da expansão para a conservação, da aquisição material para o crescimento interior (CAPRA, 1982).

Desse modo é preciso entender que o desenvolvimento sustentável está embasado na perspectiva ecológica, e que ecologia não é apenas meio ambiente, mas o ser humano, suas atividades junto com o meio ambiente, o qual é, ao mesmo tempo, produto e condicionante dessas atividades (LIPIETZ, 2004). Esse pensar sistêmico e/ou ecológico exige significativas alterações culturais, sociais econômicas, envolvendo mudanças de valores, hábitos e comportamentos. Essa visão de mundo holística é também compartilhada por Melo (2001), principalmente, ao tratar da dimensão ambiental da educação, a qual deve conceber o mundo como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas. E na perspectiva de demonstrar possíveis tais mudanças, Capra (1982) cita o êxito dos movimentos de cidadãos e associações e por numerosas redes alternativas como promotoras de transformação cultural. Entretanto essa mudança depende da reestruturação dos sistemas de informação e de educação para disseminação de novos conhecimentos, além de acreditar que essa transformação da consciência coletiva se dará por via da comunicação em massa. Ele ainda destaca que os profissionais da comunicação, em especial jornalistas, têm o papel de desenvolver uma nova ética na consciência social e ecológica para assim promoverem novos valores e estilos de vida. E no âmbito da reorganização dos modelos econômicos ele ainda destaca os movimentos de participação dos trabalhadores e de autogestão, como caminhos alternativos para a quebra do paradigma. Não obstante, a esses indicativos também são previstas algumas diretrizes necessárias para que essas mudanças ocorram, as quais podem ser apresentadas sob a ótica das dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

### 1.3 Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Para Sachs (1993), a sustentabilidade envolve as dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. No entanto, conforme Teixeira e Morato (2004), ao analisarem a Agenda 21 brasileira, destacam que o conceito de desenvolvimento sustentável tem múltiplas dimensões, na medida em que estudiosos passaram a incorporar outros aspectos das relações sociais e dos indivíduos com a natureza. São elas:

- sustentabilidade ambiental: relativa à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, a qual implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas devido às interferências humanas.
- sustentabilidade social: referente ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da população, promovendo a redução das desigualdades com a adoção de políticas distributivas e/ou redistributivas e a universalização do atendimento na área social, principalmente, na saúde, educação, habitação e seguridade social;
- sustentabilidade política: trata do processo de construção da cidadania, visando garantir a plena incorporação dos indivíduos ao processo de desenvolvimento da sustentabilidade econômica, implicando assim uma gestão eficiente dos recursos em geral e a regularidade de fluxos de investimento público e privado;
- sustentabilidade demográfica: revela os limites da capacidade de recursos, considerando os cenários ou tendências de crescimento econômico, relativizando as taxas demográficas, a composição etária e contingentes economicamente ativos da população;
- sustentabilidade cultural: referente à capacidade de manter a diversidade de culturas, valores e práticas no planeta, em níveis global, nacional, regional e local, visto que compõem a identidade dos povos;
- sustentabilidade institucional: trata de criar e fortalecer engenharias institucionais e/ou instituições que considerem critérios de sustentabilidade;
- sustentabilidade espacial: norteadas pela busca de maior equidade nas relações inter-regionais.

Por fim, Sachs estabelece que qualquer discussão sobre Desenvolvimento Sustentável deve abordar como fatores-chave a necessidade de conceber a interdependência entre sistemas econômicos e ecológicos, introduzir o conceito de capital natural, conter o consumo excessivo, bem como subestimar, preferencialmente, o "poder" do ajuste tecnológico e ampliar os critérios para estimar valor. Contudo tais apontamentos ou mesmo a viabilidade dos caminhos dessas mudanças são criticados por alguns autores, visão sucintamente descrita na seção a seguir.

### 1.4 Barreiras e Críticas ao Desenvolvimento Sustentável

Apesar de haver consenso sobre a capacidade de garantir as gerações futuras, ‘oficializado’ pelo Relatório Brundtland, Almeida (2002, p.27) considera a definição de Desenvolvimento Sustentável uma “idéia genérica e difusa”. E, segundo Gladwin et al. (1995), esse conceito é muito impreciso, permitindo a diferentes grupos interpretá-lo de acordo com seus interesses. Entre esses, Almeida (2002) critica a concepção ‘econômica’ do Desenvolvimento Sustentável, em decorrência das atuais condições sócio-políticas que regem o poder de controle e uso dos recursos naturais. Almeida (2002, p.25), ainda, suscita os questionamentos “de sustentar o quê? Futuro comum de quem e para quem?”.

Em se tratando dos ‘paradoxos sobre a insustentabilidade’, Vargas (2002) questiona a ‘restrição ambiental’ relativa apenas a um processo de estabelecimento de preço dos recursos naturais. Do mesmo modo, Almeida (2002) questiona a possibilidade da criação de mecanismos para converter a própria lógica de degradação ambiental. E a Agenda 21, ao

recomendar Tecnologias Ambientalmente Adequadas, acaba por legitimar um procedimento capitalista, amenizando protestos ambientalistas e abrindo um caminho de entrada e oportunidades para lucros através dos benefícios ambientais (MUCHIE, 2000). Outro paradoxo tratado por Vargas (2002) é o fato das mudanças serem responsabilidade dos mesmos atores sociais do atual modelo de desenvolvimento. Visto a possível inviabilidade de assumir as conseqüências sociais e os custos decorrentes das mudanças na conquista desse “novo” desenvolvimento, pois isso acarretaria o aumento das desigualdades, se assumidos com a visão do modelo vigente, (ALMEIDA 2002). Idéia também corroborada por Muchie (2000) ao sinalizar o custo da mudança cultural e o uso de um conceito difuso como grandes barreiras ao processo de busca do Desenvolvimento Sustentável. Ainda essa situação é agravada pelo fato de a educação não ser focada na sustentabilidade, a exemplo do que constatou Boyle (1999) no ensino universitário, em que os estudantes não são encorajados a pensar de uma forma sustentável nas suas atividades de pesquisa, profissionais ou mesmo do seu dia-a-dia. Por fim, o terceiro apontamento de Vargas (2002) trata da falência do Estado, questão paradoxal à sustentabilidade, tendo em vista a necessidade de regulação e de decisões públicas para tais transformações.

## 2 Programa Desenvolvimento Sustentável em Debate (DSD)

Os questionamentos sobre o Desenvolvimento Sustentável não devem se ater somente às discussões teóricas, mas também serem levados à comunidade em geral. Nessa perspectiva, o Programa Desenvolvimento Sustentável em Debate conta com a participação de cidadãos oriundos de diversos ramos de atividade e setores da sociedade, formando um espaço para a discussão das várias dimensões sobre o tema. Esta iniciativa do meio acadêmico tem como objetivo:

1. proporcionar o debate sobre o Desenvolvimento Sustentável, identificando os problemas e perspectivas do mesmo a partir de diversos pontos de vista e enfoques; e,
2. disponibilizar um espaço de discussão e divulgar o conhecimento sobre Desenvolvimento Sustentável para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Uma vez que o Desenvolvimento Sustentável apresenta uma complexidade elevada, torna-se extremamente útil a formação de redes de discussão acerca do tema. Desse modo, a realização de um programa de entrevistas, transmitida via Internet, é um passo importante na construção de tais redes. Esse programa ocorre semanalmente (sextas-feiras às 12h) sendo transmitido ao vivo e disponibilizado num acervo para posterior consulta. A dinâmica das entrevistas consiste da participação de um mediador, para coordenar as perguntas dos entrevistadores (debatedores) e dos participantes da comunidade, os quais podem participar presencialmente ou via *chat*. Apesar do DSD ter iniciado em 2000, os programas passaram a ser transmitidos a partir de junho de 2002, totalizando mais de 60 programas até junho de 2005, entre os quais 32 mais recentes estão disponíveis no acervo *online*. Em 2003 foi feito um levantamento dos principais temas abordados até então pelo programa, que, em linhas gerais, tratou de gestão de resíduos, programas de produção mais limpa, programas de certificação ambiental, soluções técnicas para os problemas ambientais, fiscalização da legislação, políticas públicas, teorias gerenciais, apoio e projetos relativos às questões sobre meio ambiente (Venzke et al., 2003).

### 1.5 Análise das entrevistas do DSD

A partir do acervo do programa Desenvolvimento Sustentável em Debate foi realizada uma pesquisa exploratória, utilizando o método de análise de conteúdo das entrevistas, embasado por uma revisão de literatura sobre o tema. Para tanto, foram selecionadas entrevistas que além de significativas no seu conteúdo, tratassem de algumas ações sócio-ambientais

responsáveis, considerando como critério a maior abrangência em relação aos atores sociais e às dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Desse modo, foram selecionadas oito entrevistas, realizadas com professores, jornalistas, funcionários públicos, representantes de ONG, consultores, em que os depoimentos tratam de práticas envolvendo educação ambiental, produção e destinação de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, comunicação, inclusão digital, e desenvolvimento local. Ao realizar essa análise, buscamos identificar nos relatos dos entrevistados, argumentos, críticas, dificuldades, desafios e práticas relacionadas à construção desse novo modelo de desenvolvimento, os quais serão apresentados na seção a seguir.

### **3 Relatos sobre Conquistas, Dificuldades e Desafios na Busca de Práticas mais Sustentáveis**

Ao analisarmos os relatos dos entrevistados do programa DSD, encontramos alguns argumentos ou mesmo características de suas atividades que favoreceram uma relação entre os pressupostos do Desenvolvimento Sustentável. A fim de apresentar esse paralelo entre teoria e prática, elencamos separadamente cada uma das entrevistas, apresentando os respectivos argumentos e as ações narrados por eles. Para, ao final, abordarmos as dificuldades e desafios dessas práticas.

A entrevista com o agrônomo e advogado **Luis Jacques Saldanha** -que além das suas atividades na Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre, realiza palestras e participa de seminários sobre a temática ambiental- tratou sobre o "Futuro roubado, embalagens plásticas, consumidores descartáveis". Ele atribui esse título à necessidade de discussão sobre o comportamento de compra das pessoas, as quais não fazem quaisquer questionamentos acerca dos produtos utilizados, afirmando ainda estarmos numa lógica de consumo em que "acreditamos que tudo que a indústria gera é bom, é limpo e é inerte". Nessa perspectiva, ele critica as matérias-primas e os insumos artificiais utilizados na geração de produtos, a exemplo das embalagens e produtos que contêm estrogênios sintéticos, afirmando que esses "são as moléculas que imitam o comportamento desse hormônio e isso tem causado um problema muito, muito sério de saúde pública", pois estudos já comprovaram problemas de "feminização" de fetos. Essas questões são "tabus" para a nossa sociedade e mesmo as universidades não estão dispostas a discutir esses temas. Há a necessidade, entretanto, de estimular tais debates com a sociedade, levando a questionamentos sobre os produtos que consomem, o que está claro no relato a seguir:

Então eu faço questão de justamente mostrar os produtos, ... para estimular as pessoas [...] a se darem conta que existe uma composição química, e que existem ali palavras que eu não tenho noção do que são, mas que eu tenho competência para perguntar, isso é natural ou artificial!

Além disso, ele destaca a importância de repassar essas informações para as pessoas, contudo devido ao advento da Internet "nós não temos mais o direito de invocar essa ignorância" ao "continuarmos ainda com os produtos", principalmente porque surgem novos produtos, como no caso dos celulares, que ninguém questionou as possibilidades de danos à saúde e saíram utilizando. Jacques ainda enfatiza que as organizações, em especial as transnacionais, e também a mídia, são grandes co-responsáveis por esses hábitos, visto que ao se utilizarem da justificativa de "facilitar o consumidor" criaram facilidades aos "grandes esquemas de produção de distribuição e transformação dos alimentos", ressaltando que uma minoria domina o que e como será produzido e consumido, conforme a fala:

[...] como eles não podiam ser donos das moléculas naturais, eles foram donos do processo da distribuição [...], porque as moléculas artificiais eles já são donos [...] então meia dúzia de pessoas são donas de tudo no planeta.”

Ele afirma que não é contra a indústria desde que essa ofereça produtos com bases naturais, a exemplo das embalagens de celofane ao invés de plástico. E essa idéia ele leva para o questionamento do Desenvolvimento Sustentável em que diz: “tudo que é natural pode sim ser sustentável”, tratando a Educação ambiental como um promotor de mudança dessas crenças de consumo que limitam e condicionam as ações dos governos e instituições. Ele foca nas suas atividades de educação ambiental as reflexões sobre um consumo mais sustentável, o que, segundo Sachs (1993), é importante fator-chave ao tratarmos de sustentabilidade. Além disso, ele faz algumas reflexões quanto às questões econômicas, em especial sobre controle econômico, que podem gerar desigualdades sociais, essas questionadas pelos documentos da ONU.

A entrevista realizada com **Vilmar Berna**, jornalista ambiental e editor do Jornal do Meio Ambiente, tratou do tema meio ambiente e comunicação. Vilmar destaca:

a informação leva as pessoas a buscar a capacitação, a informação[...] percebi que eu seria muito mais útil à sociedade nesse processo de transformação se eu os tivesse garantindo mecanismos de democratização da informação ambiental, foi ai que surgiu o Jornal do Meio Ambiente.

A sua prática consiste em levar os acontecimentos ambientais para a sociedade em geral, contribuindo para a formação de uma consciência crítica nos leitores, a qual depende da educação e do acesso a informação, destacando:

o papel da formação e da informação [...] adianta você levar informação para uma platéia que não tem formação? Você vai estar dando informação que não vai ser apropriada de forma alguma [...] então a educação e a informação têm que trabalhar integradas [...] para que você faça o processo de mudança[...]

Destaca ainda que a questão da Educação Ambiental está sendo um ponto bastante discutido atualmente. Ensinar às gerações futuras que preservar e reutilizar recursos é um fator chave para o bem estar da vida no planeta. Acreditando que esta visão é compartilhada pelos diferentes sujeitos da sociedade, que de alguma forma estão integrados nesse contexto educacional da sustentabilidade.

Outro fator importante destacado pelo entrevistado é dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, sustentável para quem? É a grande pergunta que ele levanta, destacando que “para atender o nosso desenvolvimento, o progresso humano sempre justificou esse verdadeiro saque sobre a natureza a ponto de o nosso jeito de estar no planeta comprometer ecossistemas inteiros e causar destruição maciça de espécies” . Segundo o jornalista, o modelo econômico adotado não favorece o meio ambiente, é um modelo suicida. Conforme Melo (2001, pág. 8) a escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal deste alvorecer de milênio. Esses problemas consistem facetas de uma única moeda: a crise do modelo civilizatório ocidental.

[...] a espécie humana ela tem que repensar de alto a baixo o seu estar no planeta terra. E por outro lado existe um modelo tradicional de desenvolvimento que vê o planeta como se fosse uma enorme lixeira com capacidade infinita de receber nossos restos [...] então a questão ambiental ela é tão nova que sequer consegue amparo dentro dos modelos econômicos da sociedade, ou seja, o meio ambiente é maltratado em todos os modelos

[...] eu não consigo olhar para nenhum modelo de sociedade e dizer este é ambiental

Almeida (2002, p.29) também discute o caminho a ser seguido para o Desenvolvimento Sustentável, que deixa de ser aquele linear, único, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo de uma verdadeira sustentabilidade.

Vilmar discute ainda “[...] o difícil do discurso ambiental é esse [...] porque ele é um discurso civilizatório, ele não um discurso técnico [...] ele é um discurso que mexe com valores, com espiritualidade [...]”. Então, aqui a mudança necessária para alcançarmos a sustentabilidade seria uma mudança cultural na sociedade como um todo, porém essas modificações demoram anos, no entanto [...] a gente tem que olhar com humildade diante da enormidade da tarefa, ela está muito além da nossa capacidade mas a gente é o fermento da massa, temos que fazer esse serviço[...].”

**Alexandre Mesquita** na sua entrevista fala sobre a Inclusão Digital em Porto Alegre, representando a PROCempa, trazendo uma prática muito interessante, que é a criação de telecentros, espaços para a inclusão digital em comunidades carentes. Segundo ele

[...] o projeto se iniciou basicamente em 2001 com um projeto piloto na região nordeste de Porto Alegre junto ao parque Chico Mendes, com o telecentro Chico Mendes e o telecentro na Vila Pinto no Centro de educação ambiental [...] esses espaços nos proporcionaram um aprendizado, a construção de um modelo que serve de base hoje para a política nacional de inclusão digital, então o modelo que criamos aqui em Porto Alegre foi levado ao Governo Federal [...].

Os telecentros estão baseados em três pilares, o primeiro proporcionar o acesso à rede e à infra-estrutura básica de informática; o segundo seria o desenvolvimento humano e o terceiro, também muito importante no projeto, é a participação da sociedade. Para ele

[...] esses espaços devem gerar conseqüências nas vidas das pessoas, conseqüências positivas do ponto de vista da construção de conhecimento, da geração de emprego e renda, então um dos desafios da inclusão digital é não apenas tu levar esses espaços ou tu criar o espaço, mas também poder fazer uma discussão séria com a sociedade e com as articulações locais para essas desenvolverem conteúdos socialmente relevantes [...].

Criar espaços que visem ao desenvolvimento humano, social e econômico da comunidade é prática que se encontra nas premissas do Desenvolvimento Sustentável, conforme os quatro tópicos discutidos na Agenda 21, em especial no que diz respeito ao fortalecimento do papel dos principais grupos sociais, principalmente os minoritários. A grande barreira desse projeto é que ele prevê a auto-sustentabilidade dos telecentros, resgatando o papel importante da comunidade local. Assim esses espaços estariam livres do financiamento estatal, tornando-se autônomos às constantes mudanças nas gestões públicas.

**Camilo Ramada** do InStroDI - Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral, abordou o projeto: Mudando a cara- desenvolvimento integral do bairro Rubem Berta. O InStroDI é um instituto especializado em projetos de desenvolvimento socioeconômico local, introduzindo metodologias de caráter monetário através de circulantes. Esses projetos, segundo o entrevistado, têm a função de “criar diferentes formas de ativar os potenciais econômicos locais de forma crescente e estimular a economia a produzir de acordo com as necessidades da própria comunidade”. Essa metodologia é válida como uma prática para buscar o

Desenvolvimento Sustentável na mediada em que visa o crescimento econômico e social de bairros ou comunidades carentes, como o próprio Camilo diz

[...] notamos de uma maneira geral, seja em bairros carentes ou no Brasil como um todo, que há muito desemprego [...] são pessoas que não estão trabalhando para o bem estar da sua comunidade, isso seria um desperdício diário que as economias têm [...] a economia local não está conseguindo ativar a comunidade de forma eficiente [...].

Esta visão de desenvolvimento está ligada àquela apresentada na “Eco 92”, que teve como principal objetivo encontrar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações atuais e futuras, de maneira a estabelecer as bases para uma associação mundial, bem como cooperação entre governos e setores da sociedade civil, baseada na compreensão das necessidades e interesses comuns. Foi mais especificada na Agenda 21 ao sugerir o fortalecimento do papel dos principais grupos sociais - inclusive os minoritários, nesse caso, comunidades carentes ligadas a este projeto. O bairro Rubem Berta situa-se na cidade de Porto Alegre e é um dos bairros mais carentes, mas que possui condições para crescimento, já que, segundo o Censo realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1980, 1991 e 2000, o bairro cresceu em relação ao censo de 1991) (SPM, 2005). Com projetos desse âmbito não só as pessoas envolvidas crescem, mas também o bairro como um todo, ganhando uma nova dimensão favorecendo o desenvolvimento econômico e social da cidade ou até mesmo do país.

Analisando os relatos do Consultor Ambiental **Eduardo Diehl**, identificamos entre as suas atividades a prática da compostagem de resíduos orgânicos domésticos. A prática consiste em fazer composteiras domésticas em apartamento, visando à correta separação do lixo, gerar adubos orgânicos e contribuindo, assim, para a diminuição da geração de resíduos da cidade. Segundo o entrevistado, a questão é bem mais ampla: “essa questão de usar a compostagem como fabriqueta de adubo ela é muito mais do que isso, é muito mais do que sustentabilidade ou do que educação ambiental ela é uma ferramenta poderosa para gente expandir a nossa percepção ambiental”. Eduardo Diehl também ministra palestras sobre Educação Ambiental para diversos setores da sociedade, visando a expansão da Percepção Ambiental. Percebemos que iniciativas pontuais como esta podem fazer diferença num contexto geral. Ele diz ainda: “essa questão de sustentabilidade e quando se fala em compostagem é um escala tão pequena que às vezes a gente não percebe o quão é importante nos processos de sustentabilidade que está se falando”. No entendimento do entrevistado, o Desenvolvimento Sustentável seria conseguirmos viver, se alimentar, se vestir, se transportar, morar sem tirar as chances das gerações que estão vindo, inclusive a nossa mesma, de acordo com o conceito de sustentabilidade exposto pelo Relatório Brundtland. Para ele

[...] quando se fala em fazer reciclagem de resíduos orgânicos estamos falando naquilo que é sustentável ao infinito [...] aquilo que acontece na natureza e que sempre aconteceu [...] tendo posse desse conhecimento a gente pode e deve trabalhar essa questão da sustentabilidade a nível individual, da unidade familiar, do prédio, do bairro, naquela escala que vai aumentando até atingir o centro urbano e vê-lo como um sistema vivo [...].

Assim a Educação Ambiental deve abranger todos os setores da sociedade, sendo uma prática cada vez mais de inclusão de todos os cidadãos. Para Melo (2001, p. 09), a dimensão ambiental da educação assenta-se nesta visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas. Porém, segundo o entrevistado, para despertar na sociedade a percepção ambiental, necessitamos de uma

mudança de hábitos e também de valores. Esse fator é uma importante barreira a ser vencida para que a sustentabilidade seja alcançada.

No programa com o entrevistado **Volnei Corrêa**, professor integrante do GIGA (Grupo Interdisciplinar de Gestão Ambiental), foi apresentado um projeto de implementação de um sistema de gestão ambiental na UFRGS. Inicialmente, esse projeto possuía como objetivos identificar qual a geração de resíduos da universidade, classificá-los e verificar qual era a destinação destes materiais. Após esta primeira etapa, ações foram propostas para a implementação de um sistema de gestão ambiental em toda a universidade, visando a separação correta e destinação adequada dos resíduos; diminuição do consumo de energia e de água; preservação do meio em que a universidade está inserida. Aliado a isso a iniciativa busca uma campanha de conscientização ambiental com professores, técnicos e alunos de todos os campi da UFRGS. Nas entrevistas realizadas nas unidades da universidade sempre que ele perguntava aos gestores “o quanto de resíduos você gera na sua unidade? A primeira resposta era não.” Ou ainda ao perguntar: “Sabe quanto custa isso?” a resposta continuava a mesma, o que levou o entrevistado a afirmar que na realidade eles estavam “pondo dinheiro fora”. Porém o entrevistado constatou que em algumas unidades havia projetos de gerenciamento de resíduos.

A implantação de um sistema de gestão ambiental está de acordo com os objetivos da Agenda 21, que propõe a conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento, sugere buscar meios de implementação e fortalecimento do papel da comunidade universitária. Segundo o entrevistado, o maior desafio a ser enfrentado será a mudança de cultura e hábitos das pessoas. Para isso, ele explicita que a mudança de valores da sociedade se dará através da educação e conscientização ambiental. Algo que na sua visão é um dos principais papéis da universidade, porque “por ela passam os formadores de opinião de amanhã”. Ele também afirma que a universidade precisa dar o exemplo, realizando novas práticas ambientais. E “esse é o grande papel da universidade, testar tecnologias e colocar no meio ambiente; tecnologias que sirvam à comunidade”.

Na entrevista com o Professor **Antônio Libório Philomena**, que ministra aulas e palestras sobre temas e ações ambientais, ele enfatiza que a humanidade necessita revisar as suas idéias de crescimento contínuo, conforme afirmativa abaixo:

[...] A sociedade gostaria de ficar em um patamar, e se pudesse, subir um pouquinho. As pessoas têm medo, os governos então não dormem se tu falares que você pode decrescer um pouco. Elas acham que o país está falindo, afundando, morrendo. Mas na verdade o país está num declínio bem maior, mas disfarçado. A sociedade gostaria de ficar em um patamar subindo sempre. Nós temos isso quase que genético[...].

Outra observação do entrevistado diz respeito aos ciclos em que o mundo é formado. Os ciclos econômicos, ciclos de moda, ciclos de recursos energéticos, ciclos sociais, etc. Esses ciclos estão todos interligados de alguma forma por um sistema e possuem grandes impactos uns sobre os outros. O ser humano necessita conseguir visualizar os problemas de uma maneira holística e não mais cartesiana, reafirmando assim o que Capra (1982) aborda ao tratar da “visão sistêmica da vida” e Melo (2001) da dimensão ambiental da educação.

Como descrito no segundo item de proposições da Agenda 21, comentado anteriormente, ele ainda argumenta que existem diversos indicadores que demonstram que a sociedade deveria gerenciar melhor os seus recursos e que se não efetuar tal mudança, esses recursos acabarão, podendo gerar “consequências ingratas” para a humanidade.

[...] O planeta ainda tem muitos recursos que vão agüentar várias dessas (depressões graves), agora, até quando é uma grande pergunta. Até quando é

a grande pergunta [...] O petróleo ainda é uma reserva do tempo do crescimento que nos dá muita flexibilidade para fazer várias coisas. E nós temos que aproveitar isso aí antes que ele se esgote, pois na hora que isso esgotar [...] nós somos uma civilização que não sabemos trabalhar muito com outras energias. Nós viramos a turma do petróleo. Nós somos “viciados” em petróleo [...].

Em outra entrevista, realizada com **Edson Oiagen**, professor e ambientalista, ele aborda a questão da educação ambiental interinstitucional, e também discute o assunto do equilíbrio na utilização de recursos pela humanidade, afirmando que:

[...] Essa relação entre o crescimento econômico deve estar aliada a uma racionalidade no uso dos recursos naturais. [...] Mas se aliar de uma forma em que haja uma sensibilização e comprometimento da sociedade. E que os cidadãos entendam que o ambiente é o grande alicerce, a grande base da vida[...]

Ainda alerta quanto à falta de informação das pessoas de todas as classes sociais em torno de questões ambientais, pois afirma que os meios de comunicação relegam as questões ambientais para um segundo plano e as organizações pouco conhecem sobre a legislação ambiental vigente, argumentando que

[...] depois ocorre um crime ambiental, e a lei vai lá autuar o órgão infrator, muitas vezes inocente. Não estou dizendo que todo o infrator é inocente, mas empiricamente dá pra dizer que mais da metade do pessoal que comete crimes ao meio ambiente não tem acesso, e nunca teve acesso, àquilo que legalmente é preconizado[...].

Nesta questão da Educação Ambiental, Oiagen acredita que a universidade tem um papel importante na produção de conhecimentos, todavia

[...] Não adianta a universidade produzir, e olha que a universidade produz coisas, [...] e quantos possuem acesso ao conhecimento que é produzido aqui? Onde fica isso? Fica dentro da biblioteca e dentro de um CD, ou tem algum destaque nos jornais [...] para chegar isso na sociedade? Não tem. Se a universidade não fizer um caminho via extensão para chegar até a população, isso não vai chegar”.

A educação ambiental é a grande questão lembrada por diversos entrevistados. Para fomentar a discussão, uma proposta da UNESCO - “a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS)” é introduzida para o debate.

A UNESCO propõe uma visão de mundo em que todos possam ter oportunidades para se beneficiarem com a educação e aprender valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável e para uma transformação social positiva. É percebido que essa é uma visão bem mais abrangente de mundo, onde todos detenham conhecimentos igualitários e não mais um modelo de exclusão social. A DEDS tem como objetivo principal a integração de valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos do ensino para encorajar mudanças no comportamento e permitir a formação de uma sociedade mais sustentável e mais justa.

A Década também aponta objetivos para que isso seja alcançado de maneira a valorizar a educação e o aprendizado; facilitar trocas e interações entre todos os sujeitos relacionados à Educação para o Desenvolvimento Sustentável; prover espaço e oportunidades para a promoção da visão e da transição para um Desenvolvimento Sustentável; aumentar a qualidade dos ensinamentos e aprendizados; e por fim, desenvolver estratégias para fortalecer a capacidade da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. É percebido que a

preocupação desse projeto em propor práticas diferenciadas para que a educação seja de fato incluída dentro da sustentabilidade deve ser inserida em todos os contextos sociais. Visto que as práticas só são efetivadas com uma mudança de valores, e essas mudanças só ocorrerão de fato, se questões ambientais forem inseridas em nossas vidas e que nos envolvam. Não é possível pensar em Desenvolvimento Sustentável sem pensar em um modelo voltado para o aprendizado dessas questões fundamentais.

Ao final, verifica-se que os entrevistados concordam com as premissas do Desenvolvimento Sustentável, mas em quase sua totalidade acreditam que ele seja um conceito difuso, em que cada pessoa possui a sua interpretação acerca do tema. Isso se traduz em uma dificuldade da utilização desse conceito difuso para a mudança cultural da sociedade, uma transformação complicada de ser realizada. Reafirmando assim o que Almeida (2002, p.27) e Gladwin et al. (1995) afirmam como “idéia genérica e difusa” e que Muchie (2000) aborda quando descreve que é alto o custo da mudança cultural com uso de um conceito difuso no processo de busca do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, as ações dos entrevistados só conseguem abranger em parte essas premissas e não promovem ações conjuntas e de duradouras parcerias. Entretanto, assim como o programa DSD, são tentativas válidas de divulgar esses conceitos, a fim de colaborarem com a mudança do paradigma da sustentabilidade do planeta.

#### **4 Desenvolvimento Sustentável: uma Análise das Efetivas Conquistas**

Noções de desenvolvimento sustentável há muito vêm sendo discutidas nos mais diversos setores da sociedade. Entretanto um aspecto importante a ser considerado é a insuficiência de ações efetivas que promovam esse desenvolvimento. Neste sentido, este artigo procurou identificar iniciativas concretas que demonstrem práticas efetivas para viabilizar essa mudança. Na análise das entrevistas, algumas iniciativas interessantes foram descritas com o intuito de promover e divulgar ações sócio-ambientais responsáveis que vão ao encontro das premissas do Desenvolvimento Sustentável.

Nas ações narradas pelos entrevistados foram encontrados alguns desafios e dificuldades no andamento dos seus projetos e atividades. Um dos desafios relatados é a necessidade de uma mudança nos valores e hábitos da sociedade, como por exemplo, os consumidores passarem a questionar a origem e composição dos produtos com uma consciência ambiental ao invés de simplesmente comprá-los. As informações divulgadas pela mídia também incentivam o consumo insustentável, o que é agravado pela falta de informações sobre questões ambientais por parte da sociedade. Por outro lado, as universidades produzem inúmeras pesquisas nesta área, mas não conseguem repassar o conhecimento à sociedade.

Outras dificuldades que eles enfatizaram foram a falta de apoio da sociedade em alguns projetos e a dependência de recursos públicos para o a perpetuação e sucesso das ações propostas. Os modelos econômicos conhecidos não atribuem a verdadeira importância da vertente ambiental nas suas premissas, em que a vida humana possui uma forte relação com o meio em que vivemos.

Além das dificuldades expostas, os entrevistados ainda relacionaram algumas sugestões para realizar tais mudanças. Para tanto, frisam que as iniciativas pontuais que envolvem as comunidades são de suma importância e que a universidade, mídia e outros atores sociais devem divulgar informações visando a conscientização ambiental da sociedade. De maneira geral, eles acreditam que só é possível promover o Desenvolvimento Sustentável investindo em uma educação que inclua o meio ambiente, de maneira que ele permeie as diversas disciplinas existentes e se relacione com hábitos do cotidiano da sociedade.

## Referencial Bibliográfico

ALMEIDA, J. Introdução. In: BECKER, D. F. Desenvolvimento sustentável. Necessidade e/ou possibilidade? 4.ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

BOYLE, C. Education, sustainability and cleaner production. Journal of Cleaner Production, v.7, p.83-87. 1999.

CAPRA, F. O ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.

DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 1999

GLADWIN, T.N.; KENNELLY, J.J.; KRAUSE, T.S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. Academy of Management Review, v.20, n.4, p. 874-907, 1995.

LIPIETZ, A. Será impossível um desenvolvimento ecologicamente sustentado? Portugal: Contemporânea. Disponível em: <<http://www.portalga.ea.ufrgs.br>>. Acesso em 10 de maio de 2004.

MELO, R. S. a DIMENSÃO Ambiental da educação e as redes de informação de conhecimento. Revista Eletrônica do Mestrado em educação Ambiental da UFRGS, v.5, jan.-mar., 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005a. Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>> acesso em 09 maio de 2005.

\_\_\_\_\_, 2005b. Agenda 21. Disponível em < <http://www.mma.gov.br> > acesso em 15 maio de 2005.

MUCHIE, M. Old wine in new bottles: a critical exploraton of the UM's conceptions and mechanisms for transfer of environmet sound tecnologies to industry. Tecnology in Society, v. 22, p. 201-220, 2000.

PEPPER. Ambientalismo moderno. Lisboa: Instituto Piaget, 2000

PEREIRA JR., J. de S. (org.). Relatório Especial sobre a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo. Câmara dos Deputados, set. 2002.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. São Paulo: Studio Nobel - FUNDAP, 1993.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL: Disponível em <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/censos\\_de\\_80\\_90\\_e\\_2000.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/censos_de_80_90_e_2000.pdf)>. 2005.

TEIXEIRA, R. M.; MORATO, L. A. N. Agroindústrias e Desenvolvimento Sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXVIII, 2004. Curitiba, Paraná, Anais...[S.I]: 2004. CD-ROM.

TRIGUEIRO, A. (org.) Meio Ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

UNESCO. Decada for Education for Sustentable Development. Disponível em <<http://portal.unesco.org>>. Acesso em 25 junho de 2005.

VARGAS. P. R. Insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. F. Desenvolvimento sustentável. Necessidade e/ou possibilidade? 4.ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

VENZKE, C. S.; POLEDNA, S. R.C.; NASCIMENTO, L.F. Diversos olhares sob o desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 2003. São Paulo, São Paulo, Anais....2003. CD-ROM.